

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA DO COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, DE 2012, REALIZADA NOS DIAS 11 (ONZE) E 12 (DOZE) DE SETEMBRO DE 2012. Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e doze, instalou-se a primeira parte da 5ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP - CTC, em Penedo - Itatiaia/RJ, com a presença dos seguintes membros: Minas Gerais – Paulo Afonso Valverde Jr. (CESAMA-Juiz de Fora), Deivid Oliveira (FIEMG), João Emídio Lima da Silva (IAVARP); Rio de Janeiro – Moema Versiani Acselrad (INEA), Fernando Carlos de Oliveira Júnior (Águas do Paraíba), Eduardo Dantas (CEDAE), Vera Lúcia Teixeira (Nosso Vale! Nossa Vida), Waldemiro Barbosa de Andrade (Instituto Ipanema); São Paulo – Rui Brasil (Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos), Maria Judith Schmidt (CETESB), Zeila Piotto (FIESP), Paulo Noia de Miranda (Fundação Christiano Rosa), Luiz Roberto Barretti (ABES-SP) e Teresa Cristina Brazil de Paiva (Escola de Engenharia de Lorena/USP); e dos seguintes convidados: Flávio Simões, Andrea Sundfeld Penido, Aline Alvarenga, Daiane dos Santos, Nathália Vilela e Juliana Fernandes (AGEVAP); Raissa Galdino, Virgínia Calaes e Gisela Sanches (Textoarte Comunicação); Marilda Lima da Silva e Laura Lima da Silva (IAVARP/MG); Giordano Bruno (ANA); Fátima Casarin (SEA/RJ); Marcelo Padovan e Alexandre Gonçalves da Silva (Vallenge C.P.O. Ltda) e justificadas as seguintes ausências: Maria Aparecida Pimentel Vargas (Energisa Soluções SA/MG), Débora de Viterbo Oliveira (IGAM/MG), Virgílio Furtado (Prefeitura de Piau/MG), Roberto de Oliveira (Instituto Rio Carioca/RJ); para tratar da seguinte pauta: 1- Aprovação das atas das reuniões realizadas em 26/06/12 e em 01/08/12; 2- Relato do Grupo de Trabalho Saneamento; 3- Hierarquização dos projetos. Conferido o quórum, a Coordenadora da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP, Sra. Zeila Piotto (FIESP/SP), abriu a 5ª Reunião Ordinária da CTC de 2012, propondo uma inversão de pauta, transferindo a aprovação das atas para o final da reunião. **RELATO DO GRUPO DE TRABALHO SANEAMENTO** – O coordenador do GT, Sr. Paulo Valverde (CESAMA/MG), relatou que o Grupo decidiu pela proposta de um coeficiente redutor do valor da cobrança pelo uso da água, considerando a prática de redução da perda de água, a partir de um índice considerado aceitável, já que, segundo ele, a perda de água é uma realidade do saneamento, sendo impossível zerar essa perda. O GT vai trabalhar com o índice de perda aceitável estabelecido pelo Sistema Nacional de Informação de Saneamento – SNIS, no qual todas as Prefeituras devem estar cadastradas. **ENCAMINHAMENTO 1-** *A CTC recomendou que seja dado um prazo para as prefeituras se cadastrarem no SNIS; e que sejam estabelecidos critérios no Manual do Tomador, de forma que sejam mais bem pontuados aqueles projetos apresentados por prefeituras que estejam cadastradas no SNIS.* O representante da SSRH/SP, Sr. Rui Brasil, lembrou que a proposta de cobrança para o setor de saneamento deve ser apresentada ao CEIVAP na última reunião do ano, que será em dezembro. **ENCAMINHAMENTO 1.1-** *Na reunião da CTC marcada para o dia 30 de outubro, o GT do Saneamento deverá apresentar sua proposta de aperfeiçoamento da metodologia da cobrança para o setor.* **HIERARQUIZAÇÃO DOS PROJETOS** – A Coordenadora da CTC informou que um grupo de voluntários, membros da CTC, se reuniu na véspera da reunião para fazer uma pré análise dos projetos inscritos; este grupo foi composto por ela, a Coordenadora, a Sra. Teresa Cristina Brazil de Paiva (EEL/USP), Sra. Maria Judith Schmidt (CETEXB/SP) e o Sr. Luiz Roberto Barretti (ABES/SP). A CTC recomendou, por sugestão do representante da SESRH/SP, que os proponentes sejam orientados no sentido de que os títulos dos projetos apresentados sejam adequados ao objeto do projeto, de forma que, ao se ler o título, já se saiba exatamente de que se trata o projeto. Em seguida, a Coordenadora chamou a Gerente de Recursos Hídricos da AGEVAP, Sra. Juliana Fernandes, para apresentar o resultado do processo de habilitação das propostas apresentadas pelo Edital CEIVAP nº 01/2012. Ela informou que o valor total disponível para aplicação, da arrecadação da cobrança pelo uso da água em 2012, é de R\$ 12.385.366,87 (doze milhões, trezentos e oitenta e cinco mil e trezentos e sessenta e seis reais e oitenta e sete centavos). Explicou que alguns projetos foram inabilitados tecnicamente; e outros, por falta de documentos. A Vallenge C.P.O Ltda, empresa contratada pela AGEVAP para fazer a análise dos projetos inscritos, fez a análise técnica baseada nos critérios estabelecidos no Edital. Foram analisadas 75 (setenta e cinco) propostas, das quais foram habilitadas 31 (trinta e uma), inicialmente. Finalmente, depois de uma análise mais aprofundada dos documentos, nove propostas foram inabilitadas, ficando habilitadas 22 (vinte e duas). Destas, duas foram desabilitadas, na fase de hierarquização, porque não atingiram a pontuação mínima de 60 pontos. O resultado final do processo de habilitação/hierarquização das propostas inscritas no Edital CEIVAP nº 01/2012 foi o seguinte: 20 (vinte) propostas aprovadas, sendo duas de ações estruturais e 18 (dezoito) estruturantes, no valor total de R\$ 6.770.455,94 (seis milhões, setecentos e setenta mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e noventa e quatro centavos). O saldo de recursos é de R\$ 5.614.910,93 (cinco milhões, seiscentos e quatorze mil, novecentos e dez reais e noventa e três centavos). **ENCAMINHAMENTO 2-** *A CTC recomendou que seja habilitado o projeto da Prefeitura Municipal de Descoberto/MG - Modernização e ampliação da UTC de Descoberto, que foi inabilitado porque o valor destinado ao trabalho técnico social - R\$ 500,00 (quinhentos reais) - não atingiu o mínimo estabelecido no Manual de Orientação ao Proponente. O proponente pediu revisão, alegando que houve um erro de digitação e que o valor correto para o trabalho técnico social é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).* A CTC considerou que deve ser aceita a justificativa da Prefeitura e o proposta seja habilitada, por tratar-se de um projeto consistente. **ENCAMINHAMENTO 2.1-** *Para elaboração de Planos Municipais de destinação de resíduos sólidos, a recomendação da CTC é que seja feita uma contratação única do conjunto de 14 (quatorze) Planos apresentados pelas prefeituras de Minas Gerais, para facilitar o gerenciamento pela AGEVAP.* Fazendo uma análise do resultado da habilitação e hierarquização dos projetos

61 inscritos no Edital CEIVAP nº 01/2012, o representante da CESAMA/MG enfatizou a importância de que seja feito  
62 um segundo edital este ano, para que aqueles que foram inabilitados por falta de documento, tenham chance de se  
63 inscrever novamente. A Gerente de Recursos Hídricos da AGEVAP manifestou sua preocupação com a abertura de  
64 um segundo edital, pois, com base na experiência do ano passado, pode acontecer que, no segundo edital, sejam  
65 reapresentadas algumas propostas complementando a documentação, mas correndo o risco de novamente serem  
66 inabilitadas por estarem tecnicamente inconsistentes. Ela ressaltou que o Manual do Tomador é muito amplo e  
67 genérico, pois contempla 36 (trinta e seis) programas de investimento que constam do Plano da Bacia, o que dificulta a  
68 análise das propostas, porque não se tem um entendimento do que é prioritário, que ação é mais relevante. Ela sugere  
69 que, nos próximos editais, se definam algumas ações como prioritárias, para que a AGEVAP possa fazer uma análise  
70 mais focada. O Diretor-Executivo interino da AGEVAP, Sr. Flávio Simões chamou a atenção para o fato de que o  
71 segundo edital do CEIVAP vai coincidir com o edital do Plano de Aplicação Plurianual - PAP. O Sr. Alexandre  
72 Gonçalves da Silva, da Vallenge, empresa contratada para fazer a análise das propostas inscritas no primeiro Edital,  
73 emitiu seu parecer sobre o processo de habilitação das propostas, com base no trabalho realizado pela empresa. Ele  
74 sugeriu que se institua o cadastro prévio, de modo que o proponente que está previamente cadastrado, não precisa  
75 apresentar documentos no ato da inscrição do projeto. Ele disse que a dificuldade maior encontrada para seleção das  
76 propostas é a inexistência do Plano da Bacia do Paraíba do Sul atualizado, pois o Plano é que estabelece as ações  
77 prioritárias para a bacia. No seu entender, é preciso, também, estabelecer alguns critérios para seleção de programas de  
78 educação ambiental e para projetos de pesquisa científica. Sobre propostas relativas a vegetação, disse que os projetos  
79 apresentados são mais ambientais e não de recursos hídricos; segundo ele, não vão beneficiar diretamente os recursos  
80 hídricos. O representante do Instituto Ipanema/RJ, Sr. Waldemiro Barbosa de Andrade, discordou do comentário do  
81 técnico da Vallenge, sobre os projetos relativos a vegetação. Em sua opinião, a vegetação serve para contenção de  
82 sedimento, proteção de margem e controle de fluxo de vazão, não sendo, pois, possível desvincular água de floresta.  
83 Sobre a sobra de recursos por conta da insuficiência de projetos, o representante do IAVARP/MG, Sr. José Emídio  
84 Lima e Silva, manifestou sua preocupação com essa situação de não utilização da totalidade dos recursos disponíveis,  
85 situação que, segundo ele, pode acabar tirando a legitimidade da cobrança pelo uso da água, e até suscitar interpelação  
86 judicial. No seu entender, a única maneira de resolver essa situação é promover capacitação para melhorar o nível dos  
87 projetos. A Coordenadora da CTC disse que essa é uma preocupação de todos. Disse ainda que a Agência Nacional de  
88 Águas - ANA está sugerindo que se contratem empresas prestadoras de serviço de elaboração de projetos, para  
89 elaborar os projetos para os municípios. Pois, segundo ela, capacitar o pessoal das prefeituras não resolve o problema,  
90 já que de quatro em quatro anos, muitos dos técnicos das prefeituras que ocupam cargo de confiança, saem por conta  
91 de mudança de governo. O Gerente de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos da ANA, Sr. Giordano Bruno de  
92 Carvalho, explicou que a orientação da Agência é no sentido de que, no âmbito do Plano de Aplicação Plurianual, a  
93 AGEVAP faça a contratação de empresas gerenciadas de consultoria. A Coordenadora da CTC informou que a  
94 AGEVAP está consolidando o Plano Plurianual de Aplicação - PAP; ela explicou que o PAP vai indicar as  
95 intervenções prioritárias e orientar a aplicação dos recursos disponíveis ano a ano. Em vista disso, ressaltou que o  
96 CEIVAP precisa decidir se lança, este ano, apenas o edital do PAP, ou se cabe um outro edital abrindo para inscrição  
97 de demanda espontânea. **APROVAÇÃO DAS ATAS - \*Reuniões da CTC realizadas em 26/06/2012 e em**  
98 **1º/08/2012** – estas atas foram aprovadas, depois de feitas as correções solicitadas. **OUTROS ASSUNTOS : 1- Plano**  
99 **de Comunicação do CEIVAP** - Ficou resolvido que o Termo de Referência para contratação desse Plano deve ser  
100 enviado, esta semana, para os membros da CTC, pela AGEVAP. Os membros deverão enviar suas contribuições até  
101 dia 17 de setembro para a coordenadora da CTC, que deverá consolidar o documento com as contribuições enviadas,  
102 para ser encaminhado para análise do CEIVAP, na reunião plenária marcada para 19 de setembro. **2- Programa de**  
103 **Educação Ambiental do CEIVAP** – A Gerente de Recursos Hídricos da AGEVAP, Sra. Andrea Sundfeld Penido,  
104 apresentou a minuta do Termo de Referência para contratação de consultor para fazer o Termo de Referência do  
105 Programa de Educação Ambiental. A representante da ONG Nosso Vale! Nossa Vida/RJ, Sra. Vera Lúcia Teixeira, e a  
106 representante da Secretaria de Estado do Ambiente/RJ, Sra. Fátima Casarin, analisaram previamente o documento  
107 elaborado pela Gerente de Recursos Hídricos e fizeram a seguinte análise: 1) Foi aprovado em reunião do plenário  
108 do CEIVAP, do dia 6 de dezembro de 2011, que o procedimento a ser adotado para o Programa de Educação  
109 Ambiental do CEIVAP seria decidido pelos três Estados da bacia, haja vista a dificuldade de consenso,  
110 ficando aprovada a divisão do recurso em quatro partes – uma parte para cada Estado e a quarta parte para o  
111 material didático informativo; e considerando a experiência exitosa de educação ambiental para gestão das  
112 águas no Rio de Janeiro. A experiência no Estado do Rio é o programa Agenda Água na Escola que pode  
113 tornar-se o Agenda Água CEIVAP, experiência esta indicada entre as seis melhores do Brasil na categoria  
114 de programa governamental, e que tem a adesão dos Comitês fluminenses; 2) A AGEVAP tem condições de  
115 elaborar um Termo de Referência para o Programa de Educação Ambiental do CEIVAP com qualidade,  
116 levando em consideração as diretrizes já existentes, dispostas na Resolução nº 98 do Conselho Nacional de  
117 Recursos Hídricos, e aquelas definidas pelo próprio CEIVAP; e levando em consideração, ainda, ações que  
118 já foram realizadas com êxito. A Sra. Fátima Casarin e a Sra. Vera Lúcia Teixeira lembraram que o  
119 CEIVAP já teve seu programa de educação ambiental – o Programa Curso d' Água, realizado, com sucesso,

em 42 (quarenta e duas) escolas de nove municípios da Bacia. Consideraram desnecessário gastar R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para realizar oficinas e que os representantes dos comitês podem ajudar na elaboração deste TdR, e na definição de diretrizes gerais com base no Plano da Bacia. Propuseram que sejam estabelecidas as diretrizes gerais, para que cada Estado da Bacia apresente seus projetos com base nessas diretrizes e, mesmo que com metodologias diferentes, terá a identidade do CEIVAP; e que se produza o material único, sim, para ser utilizado pelos três Estados em qualquer projeto de Educação Ambiental com caracterização da bacia do rio Paraíba do Sul. O representante da CESAMA defendeu que seja elaborado um programa único para toda a Bacia, aproveitando tudo o que já foi feito, e depois cada Estado faz seu plano de aplicação do Programa. Segundo a Sra. Andrea Sundfeld, a ideia é fazer um programa único para a bacia do Paraíba do Sul – o programa do CEIVAP, e não cada estado elaborar o seu programa. No seu entender, as diretrizes e as bases existentes podem ser aproveitadas na elaboração desse Programa, que deve ser construído com a participação de todos os comitês das bacias afluentes. O representante da FIEMG/MG, Sr. Deivid Oliviera, sugeriu que se forme um grupo de trabalho para se discutir o assunto, de forma rápida, utilizando o material já existente na AGEVAP, o que foi aprovado por todos. A representante da SEA/RJ, Sra. Fátima Casarin, sugeriu que para este grupo fossem chamados representantes dos comitês afluentes, o que não foi aceito pelo representante da SSRH/SP, Sr. Rui Brail.

**ENCAMINHAMENTO 3** - *Deverá ser criado um Grupo de Trabalho no âmbito da CTC, para discutir e formular uma proposta concreta de Programa de Educação Ambiental para a bacia do Paraíba do Sul, a partir de estudos e programa já existentes no CEIVAP e baseado em diretrizes já estabelecidas pelo Comitê.* **ENCAMINHAMENTO 3.1- Formação do GTEA:** Paulo Valverde (CESAMA/MG), João Emídio Lima da Silva (IAVARP/MG), Vera Lúcia Teixeira (Nosso Vale! Nossa Vida/RJ), Fátima Casarin (SEA/RJ); e mais dois membros a serem indicados pelo Comitê paulista – CBH-PS. Coordenadora do GT: Andrea Sundfeld (AGEVAP).

**ENCAMINHAMENTO 3.2** - *Ficou agendada uma reunião do GTEA para o dia 19 de setembro, às 9,30h. O Programa de Educação Ambiental do CEIVAP deverá constar da pauta da próxima reunião da CTC, marcada para o dia 3 de outubro.*

**ENCAMINHAMENTO 4-** Foi montada a agenda de reuniões dos meses de setembro e outubro, que ficou assim: **\*19 setembro:** Reunião GTEA, às 9,30h; Reunião Programa Macrófitas, na parte da manhã, para apresentação do 4º Relatório do Prognóstico do Programa; Reunião plenária do CEIVAP, quando deverá ser apresentação o Termo de Referência do Plano Comunicação do CEIVAP; **\*3 de outubro:** Reunião da CTC – pauta: Programa de Educação Ambiental e apresentação, pela AGEVAP, do relatório sobre a situação da cobrança pela Transposição; **\*4 de outubro:** Oficina sobre o Programa de Macrófitas; **\*30 de outubro:** Reunião da CTC – pauta: Apresentação das propostas de revisão da metodologia de cobrança para os setores da agricultura e do saneamento. A Sra. Vera Lúcia Teixeira comunicou que vai participar do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, que acontece em Natal/RGN, do dia 22 ao dia 27 de setembro, representando o Comitê do Médio Paraíba. Concluída a pauta da primeira parte da 5ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP, a Coordenadora encerrou a reunião, que terá continuidade no dia seguinte, 12 de setembro de 2012.

**SEGUNDA PARTE DA REUNIÃO** - Aos doze dias do mês de setembro de dois mil e doze, realizou-se a **segunda parte** da 5ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP, com a presença dos **seguintes membros:** Minas Gerais – Paulo Afonso Valverde Jr. (CESAMA-Juiz de Fora), Deivid Oliveira (FIEMG), João Emídio Lima da Silva (IAVARP); Rio de Janeiro – Moema Versiani Acselrad (INEA), Eduardo Dantas (CEDAE), Humberto Andrade (Light), Vera Lúcia Teixeira (Nosso Vale! Nossa Vida); São Paulo – Rui Brasil (Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos), Maria Judith Schmidt (CETESB), Zeila Piotto (FIESP), Paulo Noia de Miranda (Fundação Christiano Rosa) e Luiz Roberto Barretti (ABES-SP); e dos **seguintes convidados:** Andrea Sundfeld Penido, Daiane dos Santos, Fernando Targa, Isabel Cristina Moreira (AGEVAP); Raissa Galdino, Virgínia Calaes e Gisela Sanches (Textoarte Comunicação); Marilda Lima da Silva (IAVARP/MG); Giordano Bruno e Victor Sucupira (ANA); Fátima Casarin (SEA/RJ); João Marcelino da Silva (Sindicato Rural de Monteiro Lobato/SP), Marcos Martinelli e Paulo Queiroz (SAA-CATI/SP); e **justificadas as seguintes ausências:** Maria Aparecida Pimentel Vargas (Energisa Soluções SA/MG), Débora de Viterbo Oliveira (IGAM/MG), Virgílio Furtado (Prefeitura de Piau/MG), Roberto de Oliveira (Instituto Rio Carioca/RJ) e Fernando Carlos de Oliveira Jr. (Águas do Paraíba/RJ), para tratar da seguinte **Ordem do Dia:** 1- Apresentação e discussão da Nota Técnica sobre a cobrança no setor agrícola; 2- Outros assuntos. A Coordenadora da CTC contextualizou o assunto da pauta, explicando que, em atendimento à Deliberação do CEIVAP nº 65, foram feitos os estudos para aperfeiçoamento da metodologia da cobrança, pela Gama Engenharia. Por entender que os estudos apresentados estavam incompletos, a CTC está revendo alguns itens, entre eles a metodologia da cobrança do setor agrícola, com a introdução do coeficiente de boas práticas. Ela passou a palavra ao Gerente de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos da ANA, Sr. Giordano Bruno de Carvalho, para apresentar a Nota Técnica nº 071/2012 da Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos – SAG da ANA, contendo proposta de revisão de mecanismos para a cobrança pelo uso de recursos hídricos do setor agropecuário na bacia do rio Paraíba do Sul. O Gerente de Cobrança apresentou a fórmula da cobrança adotada para o setor agrícola, explicando que o fator redutor para esse setor reduz o valor a pagar 20 (vinte) vezes em relação aos outros setores. Em seguida, apresentou uma proposta alternativa, que é o mecanismo utilizado na bacia do Araguari e nas bacias PCJ – Piracicaba, Capivari e Jundiá, em que o coeficiente de consumo (Kconsumo) e o coeficiente que leva em conta as boas práticas de uso e conservação da água (Kagropec) variam de acordo com o método de irrigação utilizado pelo agricultor. Ele informou

180 que a arrecadação na bacia do Paraíba do Sul do setor agrícola (irrigantes), hoje, é de R\$ 17.000,00 (dezesete mil  
181 reais, por ano). Adotando-se a alternativa proposta na Nota Técnica, esse valor seria maior. A conclusão da sutestão  
182 apresentada pela ANA é que a adoção, pelo CEIVAP, dos valores de Kconsumo e Kagropec utilizados pelos Comitês  
183 PCJ resultam em impactos aos usuários do setor agropecuário dentro dos limites considerados aceitáveis. Concluída a  
184 apresentação do Gerente de Cobrança da ANA, iniciou-se o debate. O representante da CESAMA/MG, Sr. Paulo  
185 Valverde, questionou o número informado, de 25 (vinte e cinco) irrigantes que estão pagando pelo uso da água na  
186 bacia do Paraíba do Sul; ele acredita que o número de irrigantes deve ser maior. O representante da ANA explicou há  
187 um valor mínimo para emissão do boleto; se o usuário não atinge aquele valor mínimo, vai-se acumulando, ano a ano,  
188 até chegar ao valor mínimo. Então, esse número informado de 25 irrigantes refere-se a boletos emitidos e não  
189 necessariamente ao número de irrigantes existentes. A Coordenadora da CTC ressaltou que há, na bacia do Paraíba do  
190 Sul, algumas assimetrias; uma delas é a não universalização da cobrança pelo uso da água, já que os Estados de Minas  
191 Gerais e de São Paulo ainda não começaram cobrar; assim, continua-se penalizando sempre os mesmos usuários. O  
192 representante da SESRH/SP, Sr. Rui Brasil, endossou a manifestação da Coordenadora da CTC, dizendo que não se  
193 pode continuar mantendo a situação de alguns usuários pagando e seus vizinhos não pagando, porque captam em  
194 afluentes de domínio do Estado. Voltando ao debate sobre a revisão do mecanismo de cobrança para o setor agrícola,  
195 ele disse que o setor precisa participar dessa discussão, dentro do CEIVAP. A representante do INEA/RJ e Relatora da  
196 CTC, Sra. Moema Versiani, disse que é preciso trazer para essa discussão os irrigantes, grandes captadores de água do  
197 baixo Paraíba do Sul (da região Norte e Noroeste fluminense). A representante da SEA/RJ, Sra. Fátima Casarin,  
198 considera absolutamente necessário que o CEIVAP realize uma reunião presencial com os representantes do setor  
199 agrícola do baixo Paraíba do Sul; ela sugeriu que essa reunião poderia ser realizada lá, na região, pois seria mais fácil  
200 mobilizar os irrigantes para participar. A representante da ONG Nosso Vale! Nossa Vida/RJ, Sra. Vera Lúcia  
201 Teixeira, propôs que a próxima reunião do CEIVAP, marcada para o dia 6 de dezembro, dia em que a implantação da  
202 cobrança completa onze anos, seja realizada em Campos dos Goytacazes, município estratégico do baixo Paraíba. O  
203 representante do IAVARP/MG, Sr. João Emídio Lima e Silva, sugeriu que se sejam convidados institutos de pesquisa  
204 para estudar os coeficientes propostos, com base científica. A Coordenadora da CTC sugeriu que se crie um Grupo de  
205 Trabalho para propor novos mecanismos de cobrança para o setor agrícola, com a participação de representantes do  
206 setor na CTC e no CEIVAP. **ENCAMINHAMENTO 5-** Deverá ser criado o Grupo de Trabalho de Agricultura, para  
207 propor o aperfeiçoamento da metodologia da cobrança para o setor. A AGEVAP deverá se encarregar de apoiar o GTA,  
208 ficando responsável pelo contato e envio de convite formal para as pessoas/instituições indicadas para compor o  
209 Grupo. A coordenadora da CTC se encarregará de fazer a minuta de convite formal para os indicados a compor o  
210 GTA, a ser expedido pela AGEVAP; o convite deve ser assinado pelo secretário do CEIVAP.

**ENCAMINHAMENTO 5.1- Composição do GTA:** \*Coordenador: Giordano Bruno (Ana); \*representantes por São  
211 Paulo: Marcos Martinelli e Paulo Henrique Salgado (Secretaria de Agricultura de São Paulo), João Marcelino da Silva  
212 (Sindicato Rural de Monteiro Lobato); \*pelo Rio de Janeiro: Moema Versiani (INEA), Fátima Casarin (Secretaria de  
213 Estado do Ambiente), Sindicato Fluminense dos Produtores de Açúcar e de Álcool; \*por Minas Gerais: FAEMG –  
214 Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais, IGAM e EMATER. Apoio: Andrea Sundfeld (AGEVAP).

**ENCAMINHAMENTO 5.2-** A AGEVAP deve providenciar os contatos com os membros do GTA (telefone, e-mail,  
215 etc). Os nomes das pessoas que vão representar as instituições indicadas, que estão faltando, serão fornecidos pela  
216 Fátima Casarin (nome do representante do Sindicato dos Produtores de Açúcar), por Paulo Valverde (do representante  
217 da EMATER/MG) e pela Débora dos Anjos Oliveira, que deverá informar os nomes dos representantes do IGAM e da  
218 FAEMG. A AGEVAP deverá enviar, para o coordenador do grupo, a tabela completa dos representantes do GTA,  
219 com as respectivas informações para contato, até o dia 25 de setembro. Não havendo mais nada a tratar, a Presidente  
220 deu por encerrada a 5ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP, agradecendo a participação de  
221 todos. A presente ata foi lavrada por mim, Virgínia Dias Calaes, Secretária *ad hoc*, e, depois de aprovada, foi assinada  
222 pela Coordenadora da CTC, Sra. Zeila Piotto, que presidiu a reunião.

225 **Ata aprovada na 6ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP de 2012, realizada**  
226 **no dia 3 de outubro de 2012, em Itatiaia/RJ.**

227  
228  
229 Resende, 11 e 12 de setembro de 2012

230  
231  
232  
233  
234 Zeila Piotto  
235 **Coordenadora da CTC**  
236  
237  
238